



**RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS REALIZADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2025 PMT**

Nos termos do artigo 119, do Decreto Municipal nº 6770, de 09 de março de 2023, seguem abaixo questionamentos realizados ao Edital acima informado, bem como a respectivas respostas:

1) O Município de Timbó não disponibilizou a planilha orçamentaria unitária, como menciona a lei 14.133/21, Art. 23, § 2º, inciso I, A planilha será disponibilizada?

Resposta: o disposto no art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021 é cabível para os processos licitatórios para contratação de obras e serviços de engenharia. A presente contratação não está enquadrada como serviço de engenharia.

2) No item 8.10 do Edital é dito que o licitante deverá decompor os custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a administração irá fornecer o modelo de planilha?

Resposta: Trata-se de texto padrão dos editais, cabível nos casos em que o custo global do objeto tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários. Poderá ser apresentada pela licitante a decomposição dos custos se o valor ofertado atingir margem de presunção de inexequibilidade. Na presente contratação, não há necessidade de apresentar proposta readequada com a decomposição dos custos unitários.

3) No item 8.10.2 é dito que o licitante deverá indicar a sua produtividade para os itens onde ela seja mensurável e comprovar a mesma caso ela seja divergente da adotada pela administração, por isso questionamos qual a produtividade adotada pela administração na formação do seu preço? Essa informação está na planilha de composição de custos? Em que foi baseada a produção adotada?

Resposta: Não se trata de regime de dedicação exclusiva. A empresa será chamada quando necessário. Como o edital fala do número de funcionários que podem ser solicitados simultaneamente, apenas essa informação poderá ser exigida para fins de comprovação na fiscalização de contrato.

4) Qual o modelo de encargos sociais adotados pelo órgão? O mesmo irá exigir que os licitantes apresentem os encargos sociais em modelo igual ao do órgão ou a conforme algum outro modelo (MTE, SINAPI, etc) ou a licitante poderá apresentar conforme seu modelo?

Resposta: não é necessário apresentar planilha de encargos sociais juntamente com a proposta readequada.

5) Qual o BDI utilizado pelo órgão na formação do seu preço? As licitantes deverão adotar o mesmo BDI da administração ou poderá apresentar o seu próprio BDI desde que de acordo com o Acórdão 2622/2013 do TCU?

Resposta: Não estamos considerando os serviços como serviços de engenharia. Logo, o item 8.10.1 não se aplica.

6) No Termo de Referência é descrito o serviço de Plantio de Mudanças Arbóreas, porém não é descrito como se dará a medição do serviço tendo em vista que na tabela este serviço tem a unidade de m² e essa medida de unidade





é incomum para este serviço. O que será considerado 1m² de plantio?

Resposta: A depender do porte da muda, a cova terá dimensões diferentes, desta forma as despesas de escavação, adubação e demais correlatas serão dimensionadas por m², já que preço/hora poderia gerar abusos, por unidade poderiam variar muito.

7) O TR exige que os lotes que envolvem corte de árvore e podas tenham no mínimo um caminhão, o custo deste equipamento foi considerado na formação dos preços unitários? O órgão poderia comprovar isso tendo em vista que segundo o SICRO, o valor unitário produtivo de um caminhão é de R\$ 184,18 e o valor unitário do item SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORE é de R\$ 43,98 a hora?

Resposta: A pesquisa de preços apresentou os valores apresentados no Termo de Referência, anexo ao Edital. A depender da forma de contratação do caminhão, por exemplo, a terceirização possivelmente os custos serão maiores. Em atenção ao princípio da economicidade, os preços foram baseados nas pesquisas, conforme consta no processo.

8) OTR exige utilização de um veículo adequado para o transporte dos funcionários até o local dos serviços, o órgão poderia comprovar a consideração deste custo na sua formação do preço unitário?

Resposta: A formação do preço foi realizada conforme pesquisa anexa ao processo. A estrutura de precificação de um MEI em relação a uma empresa de grande porte, com caminhão ou carretinha, vai mudar sensivelmente, por isso realizou-se a pesquisa do preço médio de mercado.

9) O TR fala que os resíduos dos serviços será de responsabilidade da CONTRATADA, o órgão poderia comprovar a consideração deste custo na sua composição de custo e também a quantidade de resíduo considerada para cada serviço?

Resposta: Como já respondido, os preços não foram decompostos para precificação, pois o dispositivo legal contido no artigo 23, §2 inciso I abrange somente Obras e serviços de engenharia. Os serviços demandados não terão esse enquadramento.

Recomenda-se a vistoria nos locais para maior dimensionamento do volume de serviços. Ressalta-se que a licitação não abrange a totalidade dos serviços municipais, já que a prefeitura detém equipe de jardinagem para parte dos serviços municipais, a defesa civil possui equipamentos de corte de árvores restando ao contratado atender a demanda não suprida pela Administração Municipal.

Timbó, 14 de abril de 2025.

LOURDES MOSER

Agente de Contratação / Pregoeira substituta
Portaria nº 26/2025

